

Formação e identidade profissional: estímulos à investigação em história da Enfermagem

A compreensão do processo de construção histórica de uma atividade profissional como a Enfermagem é elemento fundamental à afirmação da sua identidade. O propósito deste texto é precisamente chamar a atenção para tal facto e oferecer alguns estímulos conceptuais para se poder ampliar o trabalho em História da Enfermagem. Assim, que categorias devemos utilizar e desenvolver para estudar o processo de construção da identidade profissional da Enfermagem? Partimos do princípio de que o conceito de identidade profissional é um conceito plural de que fazem parte sujeitos, instituições educativas, contextos de trabalho, dinâmicas sociopolíticas, questões de género, influências religiosas e Estatais, pressões e conflitos internos e externos que obrigam a escolha e definição de estratégias identitárias que permitem a afirmação do grupo, com avanços e recuos, e a construção de uma jurisdição profissional.

O estudo de um grupo profissional como o da Enfermagem exige o recurso à construção de um modelo de análise capaz de evidenciar, de um modo sistémico, alguns dos aspetos que contribuíram para a sua construção e, deste modo, para encontrar, no passado da profissão, uma âncora de valorização identitária dos sujeitos que integram e desenvolvem a Enfermagem na atualidade. Consideramos que “a compreensão de um processo de construção identitário só pode ser interpretado, amplamente, se atendermos ao diálogo, à negociação e ao conflito com os diferentes participantes neste processo”.⁽¹⁾ Para tal, propomos um conjunto de categorias que podem constituir-se em elementos de apoio para a pesquisa dos processos de construção identitária da Enfermagem.

A análise socio-histórica do processo e das dinâmicas que possibilitaram a construção de um grupo profissional encontra-se ancorada a, pelo menos, três dimensões, dois campos de ação e quatro eixos de análise que devemos ter em conta no processo de investigação das dinâmicas de grupo e das identidades profissionais. No que respeita às três dimensões conceptuais, estamos a referir-nos à necessidade de pesquisar, por um lado, o papel do **Estado**, de acordo com os projetos políticos de uma determinada época, na influência sobre as trajetórias e as dinâmicas do grupo da Enfermagem; por outro lado, referimo-nos à **dimensão científica**, muitas vezes influenciada pelo Estado, em que se produzem e analisam os saberes – nomeadamente através das escolas de formação - potencialmente relacionados com o grupo

da Enfermagem; e, ainda, a **dimensão social** em que se devem explorar as trajetórias dos indivíduos que escolheram tornar-se enfermeiras(os), nomeadamente aspetos de ordem socioeconómica, familiar e, sobretudo, aspetos relacionados com questões de mobilidade social capazes de influenciarem a definição dos caminhos percorridos pela Enfermagem.

As dimensões de análise anteriores integram-se em dois campos de ação centrais na compreensão dos processos de construção identitária: o **campo formativo e o profissional**. O Estado, a Ciência e a dimensão Social devem ser estudados como pêndulo no quadro da formação e da profissão. Centramo-nos, porém, no campo formativo uma vez que é nas escolas de enfermagem onde acontecem os processos de socialização, a incorporação de valores e apropriação de conhecimentos técnicos e científicos.

A **formação** “constitui um elemento central na organização, estruturação e afirmação dos grupos e identidades profissionais”.⁽¹⁾ Há uma relação de proximidade entre os processos formativos e a construção das identidades profissionais. Acompanhamos David Tavares quando afirma que é no âmbito formativo que são construídos “processos de socialização específicos”⁽²⁾ que permitem ampliar a legitimidade, respeitabilidade e acreditação daquelas(es) que escolheram uma determinada formação e, conseqüentemente, um caminho profissional. Assim, a formação inicial representa um período estruturante para o exercício de uma atividade profissional, uma vez que é ali que se aprendem modos de estar, de agir e de fazer.

“O papel das instituições educativas no processo de emergência e consolidação de um grupo é fundamental dado que, além de assumirem uma lógica credencialista, possibilitam a construção de conhecimentos profissionais, a promoção de uma consciência de grupo e ainda o processo de desenvolvimento jurisdicional através do estabelecimento de relações de interdependência”.⁽³⁾

Na perspetiva da afirmação anterior, emergem quatro eixos de análise que permitem objetivar aquilo que já fomos afirmando: a **jurisdição profissional**, o **credencialismo**, o **conhecimento** e **as normas e os valores**. Estes são os eixos operatórios mais visíveis, entre outros possíveis, de um eventual trabalho de análise socio-histórica aplicado um grupo como a Enfermagem.

Entendemos que a **jurisdição profissional** corresponde àquilo a que podemos designar de um campo teórico e prático, com tarefas concretas, atos e conhecimentos (saberes) exclusivos, em que a formação é controlada e assumida pelos pares e em que se verifica uma aceitação estatal e social em relação ao que representam, pese embora a existência de muitas situações de tensão e confronto entre as diversas partes.⁽⁴⁾

O **credencialismo** pode ser definido como um ato de acreditação de um sujeito que pretende tornar-se enfermeira(o). De um modo simples, corresponde ao processo de averiguação das suas condições físicas, psicológicas ou morais, de forma a perceber se pode ou não integrar a instituição de formação e, conseqüentemente, o grupo da Enfermagem. Cabe à escola de formação a credenciação, por meio de licenças ou diplomas, dos sujeitos para o exercício daquela atividade em contexto social.

O **conhecimento** faz parte do processo anterior na medida em que, por um lado, é o saber científico que permite às instituições de formação medir ou verificar as capacidades dos sujeitos. Por outro lado, o conhecimento, tal como afirma Keith Macdonald, “fornece a base para a prática profissional”.⁽⁵⁾ Além disso, é por meio da construção ou apropriação de saberes que os diferentes grupos conseguem resolver problemas sociais e alcançar maior respeitabilidade e uma jurisdição profissional mais estável.

Por fim, **as normas e os valores**, enquanto construções subjetivas, constituem outro eixo de análise operatório para se compreender como se foram construindo os sujeitos e o grupo da Enfermagem. Quais as referências que assumiram? Que crenças defenderam? De que modo as apropriaram ao contexto formativo? Como as externalizaram para o mundo do trabalho? Qual o papel do Estado na definição dos códigos axiológicos? Entre muitas outras questões possíveis.

Em suma, procuramos evidenciar, com este texto, um esquema de análise capaz de tornar mais clara a importância do conhecimento do passado de uma profissão como a Enfermagem e a necessidade de apostar nesse conhecimento enquanto âncora identitária capaz de valorizar e alcançar maior respeitabilidade social e estatal para a Enfermagem também no contexto Brasileiro. Esperamos que este pequeno texto, no âmbito do 30º aniversário da *Acta Paulista de Enfermagem*, possa estimular as(os) enfermeiras(os) a conhecerem mais e melhor o seu passado profissional.

Helder Henriques

Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Portalegre e Investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra.

Doutor e pós-doutorado em Ciências da Educação – História da Educação pela Universidade de Coimbra (Portugal).

helderhenriques@ippportalegre.pt

<https://orcid.org/0000-0002-0519-0304>

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0194201800047>



Referências

1. Henriques H. A Enfermagem em Portugal: formação e identidade profissional – A Escola de Enfermagem de Castelo Branco/Dr. Lopes Dias (1948-1988). Castelo Branco (Portugal): RVJ; 2018.
2. Tavares D. Escola e identidade profissional – O caso dos Técnicos de Cardiopneumologia. Lisboa: Edições Colibri/Instituto Politécnico de Lisboa; 2007.
3. Ferreira AG, Henriques HM. A formação de Enfermeiros/as e a emergência da Enfermagem em Portugal: décadas de 40 a 80 do século XX. EXEDRA. 2013; Supl.: 20-8.
4. Abbott A. The system of professions – An essay on the division of expert labor. Chicago: The University of Chicago Press; 1988.
5. MacDonald K. The Sociology of the professions. 2nd ed. London: Sage; 1999.